

Estudo de representação da África: o caso de uma sequência didática do Colégio Univille Joinville

Study on the Representation of Africa: The Case of a Teaching Sequence at Colégio Univille Joinville

Estudio sobre la representación de África: el caso de una secuencia didáctica del Colegio Univille Joinville

Gabriel Henrique de Oliveira Furlanetto¹
 0000-0002-0500-9931

RESUMO: Este artigo tem como objetivo discutir uma sequência didática aplicada no 7º ano do Ensino Fundamental, baseando-se nos tópicos sobre diretrizes educacionais e história do colonialismo português na África. A sequência didática em pauta, realizada no Colégio Univille Joinville, está relacionada a um percurso de estágio curricular supervisionado de, à época, um graduando em História em nível de licenciatura. As aulas ministradas estavam baseadas no estudo problematizante de uma gravura produzida e disseminada em contexto colonial português, inserida em uma das edições do “Dicionário prático ilustrado” (1955), organizado por Jaime de Séguier. Os métodos empregados neste trabalho são a revisão de literatura e análise de fontes. Para tanto, o estudo aqui presente aborda as leis que versam sobre o ensino de História afro-brasileira, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e o PPP (Projeto Político Pedagógico) do colégio, no intuito de contextualizar as diretrizes oficiais sobre as relações étnico-raciais. Assim sendo, serão vistas as questões históricas e pedagógicas que fundamentaram a sequência didática em pauta, assim como os seus resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Colégio de Joinville (SC); Ensino de História da África; Representações colonialistas.

ABSTRACT: This article aims to discuss a didactic sequence applied in the 7th grade of Elementary School, based on topics concerning educational guidelines and the history of Portuguese colonialism in Africa. The didactic sequence in question, carried out at Colégio Univille Joinville, is related to a supervised curricular internship undertaken, at the time, by an undergraduate student in History pursuing a teaching degree. The lessons taught were based on a problematizing study of an engraving produced and disseminated within the Portuguese colonial context, included in one of the editions of the “Dicionário prático ilustrado” (1955), organized by Jaime de Séguier. The methods employed in this work are literature review and source analysis. To that end, the present study addresses the laws concerning the teaching of Afro-Brazilian History, the BNCC (National Common Curricular Base), the Curriculum for Early Childhood and Elementary Education of the Santa Catarina Territory, and the school’s PPP (Political-Pedagogical Project), with the purpose of contextualizing the official guidelines on ethnic-racial relations. Therefore, the historical and pedagogical issues that grounded the didactic sequence in question, as well as its outcomes, will be examined.

KEYWORDS: School in Joinville (SC); Teaching of African History; Colonialist representations.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da UFPR (Universidade Federal do Paraná) e graduado em História pela Univille (Universidade da Região de Joinville). E-mail: gabriel28_oliveira@hotmail.com

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo discutir una secuencia didáctica aplicada en el séptimo grado de la Educación Primaria, basándose en temas relacionados con las directrices educativas y la historia del colonialismo portugués en África. La secuencia didáctica en cuestión, realizada en el Colegio Univille Joinville, está relacionada con un período de prácticas curriculares supervisadas llevado a cabo, en aquel momento, por un estudiante de licenciatura en Historia con orientación docente. Las clases impartidas se basaron en el estudio problematizador de una estampa producida y difundida en el contexto colonial portugués, incluida en una de las ediciones del “Dicionário prático ilustrado” (1955), organizado por Jaime de Séguier. Los métodos empleados en este trabajo son la revisión bibliográfica y el análisis de fuentes. Para ello, el presente estudio aborda las leyes que tratan sobre la enseñanza de la Historia afrobrasileña, la BNCC (Base Nacional Común Curricular), el Currículo Base de la Educación Infantil y de la Educación Primaria del Territorio Catarinense y el PPP (Proyecto Político Pedagógico) del colegio, con el propósito de contextualizar las directrices oficiales sobre las relaciones étnico-raciales. Por lo tanto, se examinarán las cuestiones históricas y pedagógicas que fundamentaron la secuencia didáctica en cuestión, así como sus resultados.

PALABRAS CLAVE: Colegio de Joinville (SC); Enseñanza de la Historia de África; Representaciones colonialistas.

Introdução

Este artigo se baseia no relato de um percurso de estágio que ocorreu no ano de 2024 no Colégio Univille Joinville, que é um departamento de educação básica da Univille (Universidade da Região de Joinville), do Campus Bom Retiro. O objetivo é discutir uma sequência didática aplicada no 7º ano do Ensino Fundamental, baseando-se nos tópicos sobre diretrizes educacionais e história do colonialismo português na África. A sequência didática aplicada que se respaldou no estudo de uma gravura de dicionário português publicado em 1955, que representou elementos comerciais, faunísticos, florísticos, arquitetônicos e de tipos humanos do continente africano. O contexto era o próprio colonialismo de Portugal na África e na Ásia; porém, na época da vigência do dicionário, esse país rotulava as suas colônias de “províncias ultramarinas”.

Para a discussão deste artigo, há duas seções de desenvolvimento. Na primeira seção, haverá uma abordagem quantitativa das diretrizes oficiais, de instância nacional, estadual e institucional, sobre o ensino de História da África em território brasileiro. Serão abordados a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense, a Lei nº 10.639/2003 e o projeto político pedagógico do Ensino Médio do Colégio Univille Joinville. Na segunda seção, haverá a comunicação da sequência didática aplicada, mobilizando a gravura em pauta e a história do colonialismo português no continente africano.

Desse modo, será visto como a África era representada para os leitores do “Dicionário prático ilustrado”, organizado por Jaime de Séguier, com a sua segunda edição publicada em 1955. A pertinência do uso de imagens em sala de aula consiste em proporcionar aos alunos uma experiência visual para além das fontes escritas e aulas expositivas. As fontes em aulas de História são essenciais para que eles tenham acesso direto aos elementos que compuseram o cenário histórico da qual estudam, visto que a História é formada por materialidades que são reflexos de imaginários, mentalidades, ações, políticas, culturas e economias que se fazem vigentes nas temporalidades e espacialidades que lhe corresponderam.

Ensino de história da África e as diretrizes oficiais: das leis ao projeto político pedagógico

Em 9 de janeiro de 2003, o presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei n.º 10.639, que, modificando a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996) tornou obrigatório o ensino sobre História e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas do Brasil. O parágrafo primeiro do artigo 26-A dessa lei incluiu o estudo da África e dos africanos no conteúdo programático de todo o currículo escolar, em especial na educação artística, literatura e história brasileira. Isso significa que o componente de africanidade abrange não apenas o tópico sobre afro-brasilidades (nesse caso, heranças culturais da África no Brasil), mas também a própria história do continente africano.

Nesse assunto, o artigo 26 da LDB instituiu a obrigatoriedade de um currículo nacional comum para as etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, o que significa que todas as escolas brasileiras, sejam públicas ou privadas, devem ser guiadas por diretrizes comuns em torno da História da África e dos africanos. É em cumprimento dessa normativa que surge a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), com menção às leis n.º 10.639/2003 e 11.645/2008, no intuito de que as escolas de Educação Básica abordem “temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora” (Brasil, 2018, p. 19). Abaixo, uma tabela que apresenta em quais componentes curriculares a BNCC instituiu a obrigatoriedade da África enquanto objeto de conhecimento:

Tabela 1 – A África enquanto objeto de conhecimento nos componentes curriculares dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental pela BNCC.

Componente curricular	A África como objeto de conhecimento nos anos iniciais	A África como objeto de conhecimento nos anos finais
Arte	Não.	Não.
Ciências	Não.	Não.
Educação Física	Sim.	Não.
Ensino Religioso	Não.	Não.
Geografia	Não.	Sim.
História	Sim.	Sim.
Língua Inglesa	Não se aplica.	Não.
Língua Portuguesa	Não.	Não.
Matemática	Não.	Não.

Fonte: elaborado pelo autor.

Como pode ser observado, o único componente curricular em que a África é colocada como objeto de conhecimento nas duas etapas do Ensino Fundamental é a História. Até para o próprio componente curricular de Geografia a África não é inserida como objeto explícito de conhecimento nos anos iniciais, ainda que, por exemplo, os estudos continentais indiretamente viabilizem a África como objeto de conhecimento. Apesar disso, a África é mais abordada nas seções de “Habilidades” da BNCC. Além disso, os currículos estaduais e municipais e os projetos políticos pedagógicos (na obrigatoriedade de se ancorarem na BNCC) podem inserir a África como objeto explícito de conhecimento, entretanto dependerá das próprias diretrizes regionais e institucionais. No Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (2019), a África é inserida como objeto de conhecimento a partir de sua inserção oficial como conteúdo. A tabela abaixo trata, dessa vez, dos componentes curriculares do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense que tem a África e/ou os africanos como objetos de conhecimento.

Tabela 2 – A África enquanto conteúdo nos componentes curriculares dos anos iniciais e finais no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense.

Componente curricular	A África como conteúdo nos anos iniciais	A África como conteúdo nos anos finais
Arte	Sim.	Sim.
Ciências	Não.	Não.
Educação Física	Sim.	Sim.
Ensino Religioso	Não se aplica.	Não se aplica.
Geografia	Sim.	Sim.
História	Sim.	Sim.
Língua Inglesa	Não se aplica.	Não se aplica.
Língua Portuguesa	Não.	Não.
Matemática	Não se aplica.	Não se aplica.

Fonte: elaborado pelo autor.

Como se pode concluir a partir da leitura da Tabela 2, a África e os africanos foram inseridos, em comparação com a BNCC, como conteúdo no componente curricular de Arte nas duas etapas do Ensino Fundamental, nos anos finais do componente curricular de Educação Física e nos anos iniciais do componente curricular de Geografia. Portanto, há apenas quatro componentes curriculares do Ensino Fundamental da rede catarinense de ensino que têm a África e os africanos nos anos iniciais e finais: Arte, Educação Física, Geografia e História.

Não obstante, o Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (2019) tem um subcapítulo que trata da educação para as relações étnico-raciais, que apresenta, em meus termos, uma organização curricular à parte, em que insere a África e os africanos como objetos de conhecimento imprescindíveis em todos os componentes curriculares, com exceção de Ensino Religioso. Contudo, uma possível controversa desse subcapítulo é que aparentemente organiza um currículo temático de forma marginal ao não transpor parte de seu conteúdo à organização curricular dos componentes curriculares. Isso implica na questão de como a gestão escolar irá operacionalizar essa diretriz em prol do tema das relações étnico-raciais em concomitância às organizações curriculares específicas.

Nessa questão, o surgimento do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense, assim como todos os outros currículos regionais e locais, está amparado pelo artigo 26 da LDB (com redação dada pela Lei n.º 12.796, de 4 de abril de 2013), que, dentre um de seus aspectos, estabelece que os currículos para a educação básica, ao terem base nacional comum, sejam complementados “por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos

educandos” (Brasil, 2013). Em outras palavras, cada rede de ensino precisa aderir a um currículo diversificado que leve em consideração as especificidades regionais e locais de cada escola. Somado a isso, a LDB, no inciso primeiro do artigo 12, incube as escolas de educação básica a elaborarem as suas propostas pedagógicas, o que equivale ao usual PPP (Projeto Político Pedagógico).

É pelo PPP que é viável analisar as políticas prescritas, tendo em vista que esse documento integra a cultura organizacional da escola e é um dos elementos que compõe a gestão escolar (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012). Como fundamento da autonomia da escola e promotor dos objetivos institucionais, o PPP deve levar em consideração o já instituído currículo oficial e promover o seu próprio, que é o currículo escolar (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012). Esse documento precisa considerar o entorno dos alunos, ao mesmo tempo que se ancora no currículo oficial da rede de ensino que pertence, o que torna viável a análise do PPP do Colégio Univille Joinville, onde foi realizado o estágio curricular supervisionado em pauta. Essa escola pertence à Univille (Universidade da Região de Joinville) e funciona como um departamento dessa instituição de ensino superior, voltada para a oferta de todas as etapas da Educação Básica. A FURJ (Fundação Educacional da Região de Joinville), que é a mantenedora da Univille, iniciou a oferta de Ensino Básico no ano de 1977, porém foi apenas no ano de 2001 que recebeu por título “Colégio Univille Joinville”. A universidade que integra é de natureza comunitária, o que significa que, sendo privada, não tem fins lucrativos e nem dono. O seu vigente PPP do Ensino Médio é do ano de 2023, ano anterior ao estágio realizado.

Em sua proposta curricular, esclarece que adota Sistema Positivo de Ensino, não aderindo, portanto, ao Currículo Base do Território Catarinense. O estado de Santa Catarina não obriga as outras redes de ensino, que não a de sua própria rede, a aderirem ao seu currículo, conforme o artigo 4 da Resolução CEE/SC n.º 070, de 17 de junho de 2019. Nessa questão, a adesão ao Sistema Positivo de Ensino e aos seus materiais de ensino revela a controversa de introduzir no currículo escolar os direcionamentos de uma instituição de ensino indiferente à realidade de Joinville, onde o Colégio Univille Joinville está situado.

Os materiais de ensino dessa companhia acumularam revezes: a ausência do ensino das variedades linguísticas nos materiais voltados para as redes públicas (Rodrigues, 2019), o não envolvimento do conteúdo dos materiais com a comunidade escolar de Aracaju/SE (Ramos, 2017), a não abordagem de temas passionais e controversos (Silva, 2011) e a incompatibilidade

do quadro teórico-metodológico proposto pelos autores dos materiais didáticos de língua inglesa com as atividades apresentadas (Paiva, 2012). O que é possível deduzir é que, pelo Sistema Positivo de Ensino distribuir nacionalmente vários materiais para todas as suas escolas conveniadas, ele não é capaz de levar em consideração as especificidades sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais de cada localidade das suas escolas conveniadas, e isso, por consequência, do próprio município de Joinville.

Essa constatação se torna ainda mais relevante ao considerar que a escola em pauta pertence a uma universidade em que a extensão a sustenta de forma excepcional (Coelho; Sossai, 2015), mais do que a própria pesquisa. Por extensão, compreende-se que é basilar abranger o contexto da universidade (Rezer, 2018). A questão sobre as relações étnico-raciais em Joinville se tornou emergente, tendo em vista as historiografias e discussões correlatas que nela se enquadram (Rosa, 2006; Machado, 2009; 2018; Coelho, 2011; Machado, 2014; Lemos, 2017; Machado, 2019; Medina, 2022; Conceição, 2023; Manske, 2023; Guerreiro, 2023; Fernandes, 2023; 2024; Nogueira, 2023; Gunlanda, 2023; André, 2023; Voss, 2023; Cardoso; Eichenberger, 2023; Souza, 2025). Em uma cidade que elegeu a primeira mulher negra como vereadora de Joinville apenas no ano de 2020 (Martins; Justina, 2020), a própria Univille, com o seu Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, as publicações de sua editora e o Curso de Educação Escolar Quilombola, tem dado ênfase nas questões étnico-raciais. O seu colégio, porém, tem diretrizes que perspectivam outra realidade, sem menção às leis para a educação das relações étnico-raciais e sem incluir esse conceito no item de “Temas Especiais” de seu PPP.

No PPP do Colégio Univille Joinville, o Decreto n.º 7.037, de 21 de dezembro de 2009, foi incluído nesse item. Esse documento do Estado, dentre várias pautas sobre Direitos Humanos que aborda, versa sobre a questão étnico-racial. Contudo, dada a amplitude desse decreto, a ausência de aprofundamento do PPP por essa lei deixa dúvidas sobre o compromisso do colégio com o combate à discriminação étnico-racial e o ensino de História afro-brasileira e indígena. Certamente, se reconhece que aquilo que se chama por “currículo real” – que vai além do prescrito e abrange o cotidiano das práticas docentes (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012) – é capaz de, por meio do cotidiano docente (e isso inclui os próprios professores de História), discutir com os alunos os tópicos das relações étnico-raciais, e isso inclui o estudo da África e dos africanos.

Ensino de História da África: colonialismo europeu e representação no “Dicionário prático ilustrado” (Jaime de Séguier, 1955)

As opções de linguagem para o ensino de História da África são várias, que podem ir de documentos oficiais à cartografia. No estágio curricular supervisionado que foi realizado no Colégio Univille Joinville (que ocorreu de abril a maio de 2024), optou-se por estudar com os alunos a imagem, não como recurso ilustrativo, mas como fonte histórica que, por meio da leitura, mostra-nos como grupos, sociedades e tipos humanos eram representados (Bittencourt, 2004; Burke, 2017). O contexto do estágio eram aulas a serem ministradas para as turmas de 6º e 7º ano do Ensino Fundamental: duas turmas do primeiro e duas turmas do segundo. Para as turmas do 6º ano, foi elaborada uma sequência didática para o ensino de Grécia Antiga, enquanto para as turmas 7º ano foi elaborada uma sequência didática para o ensino de História da África. É essa última sequência didática que interessa neste trabalho.

O encaminhamento geral do docente de História nas duas turmas do 7º ano caracterizou-se por um ensino excessivamente abrangente sobre a História da África. Foi dado um total de três horas-aula a serem ministradas em cada turma. Dado o desafio em abordar sinteticamente todo o continente africano para o componente curricular de História (incluindo uma extensa temporalidade), optou-se como pertinente, na primeira hora-aula, pelo objetivo de compreender as características geográficas básicas do continente africano e sua diversidade política, social, econômica e cultural, ministrar tópicos sobre práticas econômicas (como a agricultura), religião (cristianismo, islamismo e paganismo) e formas de governo antigas (como exemplo do Imperador Mansa Musa) e atuais. Slides de apresentação foram os recursos utilizados. Essa primeira hora-aula serviu como forma de contextualizar sucintamente a África no espaço e tempo. Na segunda hora-aula houve, pelo objetivo de problematizar representações colonialistas e a imagem enquanto enquadramento sobre a África, um estudo mais qualitativo do que quantitativo, baseado na análise da gravura do verbete “África” do “Dicionário prático ilustrado”, de 1955, organizado por Jaime de Séguier.

O objeto de conhecimento da BNCC selecionado foi “Saberes dos povos africanos [...] expressos na cultura material e imaterial” (Brasil, 2018, p. 422), porque, devida a necessidade de abranger no geral a África e suas temporalidades, esse foi o objeto de conhecimento prescrito mais próximo do encontrado. Isso nos leva a considerar que a BNCC engessa a elaboração da

Figura 1 – Gravura representando parte dos elementos que compõe parte da paisagem africana.



Fonte: “Dicionário prático ilustrado”, de Jaime de Ségurier (1955).

Esse dicionário é português e foi criado em um contexto colonialista. Na época da publicação dessa edição (1955) – com a primeira edição em 1910 –, Portugal tinha Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau) e São Tomé e Príncipe como colônias africanas, além de colônias na Ásia. O contexto histórico era a “roedura” do continente africano, que ocorria desde o século XIX e foi regulada pela Conferência de Berlim (Hernandez, 2005). Com “roedura”, a cientista social Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez (2005) quis falar sobre a partilha feita do continente africano por alguns países, dentre eles Portugal. A mentalidade que ancorou o colonialismo moderno estava atrelada à mobilização do conceito de raça humana com fins de classificação de superioridade e inferioridade de grupos étnicos, o que incentivou as práticas colonialistas na África, ao observarem os povos africanos como inferiores (Schwarcz, 1993). O continente africano, nessa situação, era visto como alvo de explorações econômicas e o povo negro como passível de moralização (McClintock, 2010). Ainda que convencionalmente utilizemos o termo “colônia” para fazer referência às terras abdicadas por Portugal, em 1951 a revisão constitucional portuguesa substituiu a expressão “colônias” por “províncias ultramarinas” (Castelo, 2012), o que dá um tom eufemístico às terras abdicadas de forma coercitiva. Todavia, neste trabalho opta-se por mobilizar o termo “colônias” para fazer referência ao que, na prática, constituiu as políticas portuguesas na África.

Na imagem analisada em sala de aula, a ênfase recaiu tanto sobre os tipos humanos quanto sobre os elementos econômicos. Entre os primeiros, figuram abissínios, sudaneses, cafres, árabes, malgaxes e egípcios, enquanto os elementos econômicos incluem laranjas, óleo de gergelim, café de São Tomé – possivelmente uma referência ao cultivo de café realizado na ilha homônima, então colônia de Portugal (Souza, 2021) –, noz-de-cola, marfim, goma, tâmaras e um produto não identificado com precisão. No plano histórico, tais representações dialogam com as práticas coloniais portuguesas, que, durante o século XX, sustentaram-se na exploração sistemática de recursos agrícolas e minerais. Ao mesmo tempo, parte dos grupos humanos retratados era enquadrada pela administração colonial na categoria de “indígenas”, submetida a desigualdade jurídica e social, em contraste com os privilégios concedidos aos colonos brancos (Castelo, 2012). Assim, o dicionário, ao ser utilizado como recurso educativo, oferecia ao seus leitores uma determinada visão de mundo, difundida por meio de suas gravuras. Elas não apenas descreviam continentes, mas também projetavam uma imagética da África composta por povos, fauna, flora, arquitetura e produtos de valor econômico. Muitos desses

produtos, consumidos no cotidiano europeu, estavam simultaneamente representados na gravura, de modo que a leitura do dicionário se entrelaçava, ainda que de forma indireta, com a experiência material do consumo de bens coloniais.

Especificamente sobre a representação dos tipos humanos, isso não foi feito sem a própria prática de estereotipar, inserindo em cada ser classificado algum componente de indumentária, pose ou ação que o singularizasse. O abissíneo é representado com um cocar, arma de fogo e os pés descalços. A sudanesa é representada com uma cesta sobre a cabeça, pés descalços e carregando um bebê nas costas, enquanto o sudanês é representado dirigindo uma barca feita de material orgânico com produtos coloniais. O cafre é representado segurando uma lança, com os pés descalços, vestido com uma espécie de tanga e um item pontiagudo sobre a cabeça. O árabe é representado usando uma túnica, com os pés descalços, um camelo atrás de si e segurando uma vara. O egípcio é representado agachado, fumando com o uso de um objeto de tamanho avantajado, usando túnica e um turbante, sentado em um tapete e com uma pirâmide e uma torre atrás de si. Por fim, o malgaxe é representado com uma capa e um chapéu pontiagudo. Os aspectos em comum dessas representações é que os tipos humanos usam “trajes típicos” e parte deles está descalço, o que pode mover o leitor a interpretar os povos africanos como tribais, um conceito controverso e permeado por um jogo de poder entre quem é e quem não é civilizado.

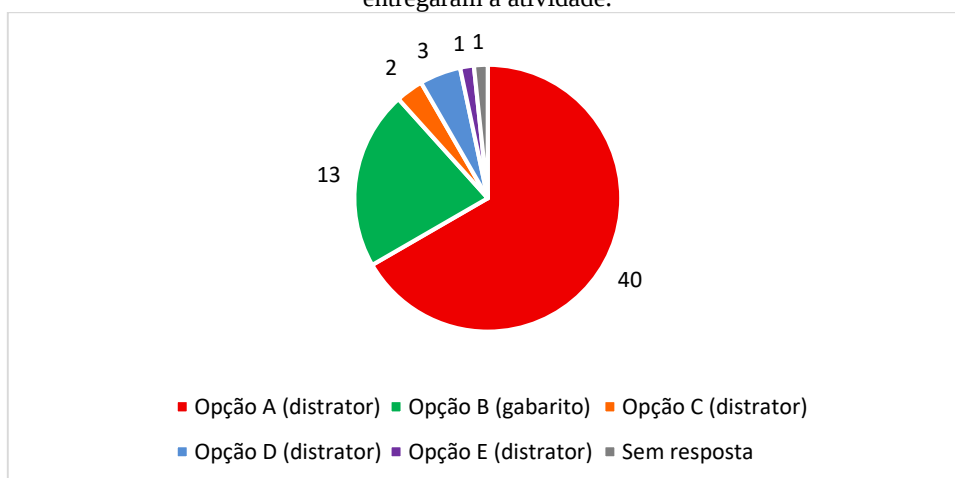
É justamente para a problematização dessas representações da gravura que o seu estudo se faz pertinente em sala de aula. Apresentando o contexto histórico da colonização portuguesa na África durante o século XX e o contexto da própria gravura criada para educação de leitores portugueses, é que se pode desconstruir na atualidade resquícios dessas representações que ainda permeiam a realidade dos alunos. Essas representações se fazem presentes em obras cinematográficas, séries televisivas, clipes musicais e demais produtos culturais. Além do mais, utilizar uma fonte em sala de aula contribui para situar os discentes no que era produzido em cada contexto histórico. É por essas questões que fluiu a segunda hora-aula, enquanto a terceira hora-aula se baseou na aplicação de uma atividade de exercício mental para a análise da imagem.

A atividade aplicada, que consistiu no instrumento de coleta de dados deste trabalho, possuiu um cabeçalho (para preenchimento do nome do discente e sua turma, além de mencionar o nome da instituição, do docente do componente curricular vigente e do estagiário),

exposição da gravura e de suas informações básicas e quatro itens para serem respondidas (dois objetivos e dois dissertativos). O instrumento de análise de dados baseou-se em planilhas digitais, onde foram sistematizadas e quantificadas as respostas dos discentes em todos os quatro itens. Houve um total de 60 alunos divididos em duas turmas do 7º ano e a comunicação dos dados neste trabalho se dará na união quantitativa das turmas.

O primeiro item (objetivo com quatro distratores e um gabarito) se valeu de interpretar que a gravura não tem todos os elementos étnicos, econômicos, florísticos, faunísticos e arquitetônicos do continente africano. Os resultados foram insatisfatórios, porque a maioria selecionou o distrator que dita que todos os elementos da África foram representados na imagem, o que reduziria a amplitude paisagística do continente². Uma possível explicação para isso é a ausência de recursos didáticos que aprimorem a interpretação de texto dos discentes, tendo em mente que a resposta poderia ser obtida na própria capa da atividade, onde constava a informação de que apenas parte dos elementos africanos estavam representados. Abaixo, um gráfico que apresenta o desempenho dos discentes nesse primeiro item:

Gráfico 1 – A quantidade das opções selecionadas no primeiro item, conforme o número de discentes que entregaram a atividade.

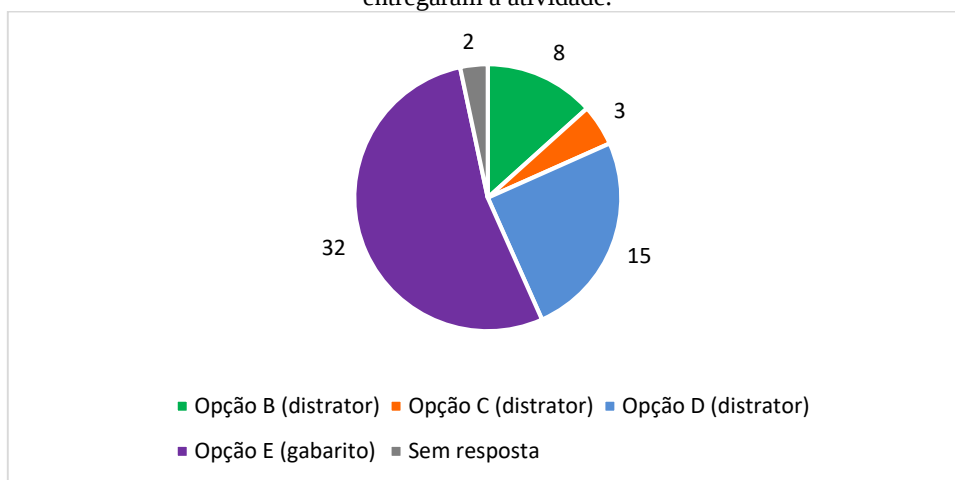


Fonte: elaborado pelo autor.

² Descrição de cada uma das opções do primeiro item: “(A) Essa imagem comunica toda diversidade étnica, econômica, arquitetônica, faunística e florística do continente africano. (B) Essa imagem é resultado de uma mentalidade colonialista, tendo em vista que os responsáveis por ela conjugaram elementos econômicos usufruídos colonialmente pela sociedade portuguesa. (C) O homem árabe ilustrado na imagem diz respeito a uma característica étnica biologicamente atrelada à confissão de fé islâmica. (D) O(s) autor(es) dessa imagem se equivocaram ao inserir a ilustração da pessoa árabe, pois essa etnia é exclusiva do continente asiático. (E) O(s) autor(es) dessa imagem se equivocaram ao inserir a ilustração das pessoas árabe e egípcia, porque ambas representam o mesmo grupo nacional”.

O segundo item (objetivo com quatro distratores e um gabarito) consistiu em uma análise total e quantitativa da gravura, em que os alunos precisavam se desviar dos distratores que não mencionavam a totalidade dos tipos humanos e dos produtos representados e da interpretação que atrelava a posição das Pirâmides de Gizé na imagem com um suposto desdém dos autores da gravura ao Egito. Os resultados foram insatisfatórios, porque praticamente metade dos alunos não demonstrou uma leitura detida da gravura em seu todo³. Abaixo, um gráfico que apresenta o desempenho dos discentes nesse segundo item:

Gráfico 2 – A quantidade das opções selecionadas no segundo item, conforme o número de discentes que entregaram a atividade.



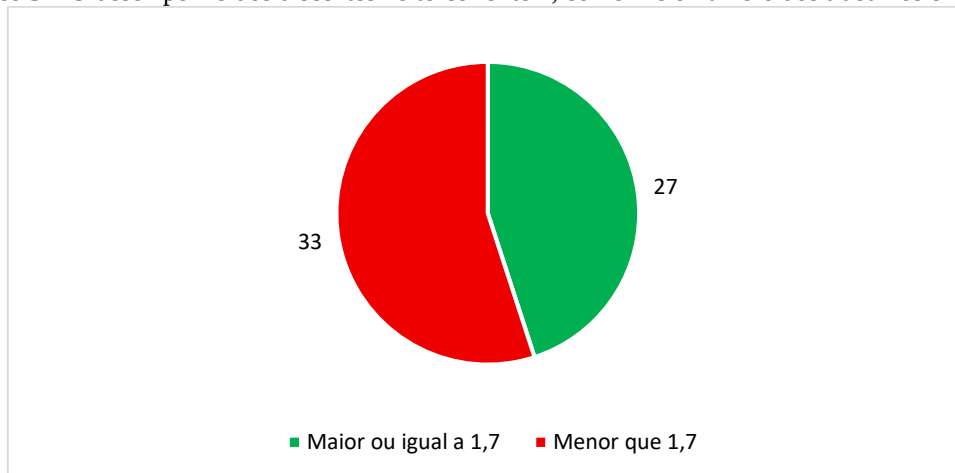
Fonte: elaborado pelo autor.

No terceiro item, que foi dissertativo, os alunos precisaram selecionar um elemento da gravura e descrevê-lo minuciosamente. O resultado foi parcialmente satisfatório, porque alguns alunos conseguiram desenvolver qualitativamente a descrição do elemento representado, enquanto outros tiveram dificuldades. Diferente da avaliação do desempenho das respostas nos itens objetivos (que se faz pelo levantamento de quantos alunos selecionaram o gabarito), a avaliação do desempenho nos itens dissertativos se faz na própria nota conferida. Para este trabalho, considerou-se adequado que o discente obtivesse no mínimo 1,7 de um total de 2,5, pois cada item, incluindo os objetivos, valia 2,5 de um total de 10,00. Abaixo, um gráfico que

³ O segundo item se baseou em três afirmação enumeradas: “I. Todos os produtos comerciais ilustrados na imagem são laranjas, óleo de gergelim, noz de cola, marfim e goma. II. Todos os grupos étnicos e nacionais ilustrados são abissínios, sudaneses, cafres, árabes, egípcios e iorubás. III. O fato das Pirâmides de Gizé estarem ao fundo da imagem e com tamanho reduzido significa o desdém do(s) autor(es) às etnias e nacionalidade egípcias”. Nenhuma dessas afirmativas está correta, e o gabarito é o “E”, sendo essa a opção que lhe correspondeu. Além disso, conforme pode ser averiguado no Gráfico 2, nenhum dos alunos selecionou o distrator “A”.

apresenta o desempenho dos discentes nesse terceiro item:

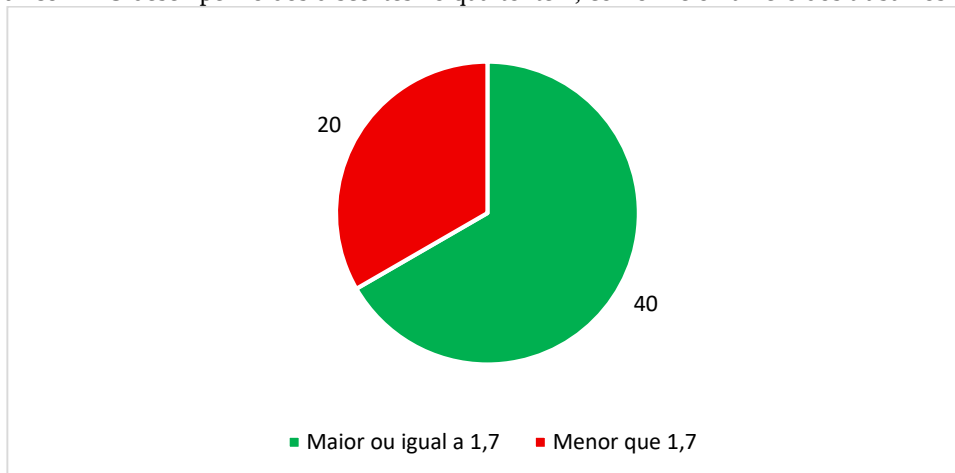
Gráfico 3 – O desempenho dos discentes no terceiro item, conforme o número dos trabalhos entregues.



Fonte: elaborado pelo autor.

O quarto e último item, também dissertativo, consistiu na individualidade emocional do discente, em que deveria justificar a escolha do elemento dissertado no terceiro item da atividade. Os resultados foram satisfatórios, porque nesse item houve a maior demonstração de argumentação. Abaixo, um gráfico que apresenta o desempenho dos discentes nesse quarto item:

Gráfico 4 – O desempenho dos discentes no quarto item, conforme o número dos trabalhos entregues.



Fonte: elaborado pelo autor.

Sendo assim, viu-se que, ainda que os alunos possam ter compreendido o contexto da gravura e de seu dicionário, tiveram dificuldades expressivas numa análise detida da fonte. Uma possível solução, para uma escola adentrada em contexto universitário, são oficinas ministradas

por docentes especializados para a leitura de fontes históricas, em especial as imagens. Além disso, é preciso que o próprio PPP do Colégio Univille Joinville priorize as relações étnico-raciais em seu escopo, para que os alunos possam se aprofundar no tópico sobre como o Outro – aquele que não pertence ao meu grupo étnico-racial – é representado em meu próprio circuito cultural, social e político, somado a um contexto joinvilense em que as visibilidades negras se tornam cada vez mais reais. A gravura pautada, sendo um elemento de contexto Portugal-África do século XX, é uma fonte que nos apresenta o potencial de averiguar como o Outro, sendo negro e distante da realidade social de muitos portugueses, era tratado de uma forma singular e estereotipada no âmbito étnico e nacional.

Considerações finais

É relevante a articulação entre diretrizes oficiais, currículos regionais e projetos políticos pedagógicos para a efetiva implementação do ensino de História da África no Brasil. O estudo evidenciou que, embora leis e documentos normativos, como a BNCC, garantam a obrigatoriedade da temática, ainda existem controversas na prática curricular de instituições. O caso do Colégio Univille Joinville mostra como escolhas institucionais podem relativizar o compromisso com a valorização das relações étnico-raciais, mesmo quando a universidade à qual pertence já se insere em um contexto mais engajado nesse debate. Isso revela a importância de um alinhamento entre políticas educacionais, materiais didáticos e práticas escolares, de modo a não reduzir a História da África a um conteúdo periférico ou secundário.

Além disso, a análise da gravura do “Dicionário prático ilustrado”, organizado por Jaime de Séguier e com uma das edições publicadas em 1955, permitiu problematizar a permanência de representações coloniais e estereotipadas sobre povos africanos. A experiência de estágio mostrou como o uso de imagem em sala de aula pode colaborar para um ensino crítico, aproximando os alunos de elementos históricos concretos que carregam discursos, ideologias e visões de mundo. Ainda que tenham sido identificadas dificuldades dos estudantes em realizar uma leitura mais detalhada da fonte, a atividade reforçou a necessidade de investir em práticas pedagógicas que promovam a leitura crítica de imagens e textos históricos. Isso amplia a compreensão da História para além da narrativa tradicional e auxilia na desconstrução de estereótipos ainda presentes no imaginário social da atualidade.

Por fim, este trabalho reforça que o ensino de História da África, ao ser integrado de forma consistente nas práticas escolares, contribui não apenas para cumprir uma obrigação legal, mas para fomentar uma educação antirracista, cidadã e crítica, nos fins de gerar alunos aptos a contestar qualquer discurso racista e que não respeite os Direitos Humanos. A experiência no Colégio Univille Joinville demonstra que ainda há desafios a serem superados, especialmente no que se refere à adequação do PPP às demandas locais, sociais e, inclusive, oficiais. Um dos caminhos possíveis é a própria integração entre colégio e universidade, que, ainda que já exista e seja concreta, precisa focar mais nas próprias necessidades cognitivas dos alunos. Soma-se a isso a possibilidade de aplicar a sequência didática em outras escolas, para analisar o desempenho de alunos de diferentes escolas.

Referências

ANDRÉ, Elias Mande Laurindo. Negras(os) e políticas públicas educacionais em Joinville. In: GUNLANAD, Orlando Afonso Camutue; CARDOSO, Felipe; FERNANDES, Rhuan Carlos; SANT' ANNA, Katarine (orgs.). *Fragmentos negros: perspectivas sobre a presença negra em Joinville/SC*. 2. ed. São Paulo: Editora Pluralidades, 2023. p. 229-252.

BIOGRAFIA Sandro Silva. *Memória Política de Santa Catarina*, 2023.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*, 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n.º 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n.º 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CARDOSO, Felipe; EICHENBERGER, Hernandez Vivan. Racismo estrutural e moradia em Joinville. In: GUNLANAD, Orlando Afonso Camutue; CARDOSO, Felipe; FERNANDES, Rhuan Carlos; SANT' ANNA, Katarine (orgs.). *Fragmentos negros: perspectivas sobre a presença negra em Joinville/SC*. 2. ed. São Paulo: Editora Pluralidades, 2023. p. 281-297.

CARIE, Nayara Silva de; LIMA, Carollina Carvalho Ramos de; GIAVARA, Ana Paula. A BNCC de História para os Anos Iniciais: reflexões sobre a apropriação da noção de competências. In: PINTO JUNIOR, Arnaldo; SILVA, Felipe Dias de Oliveira; CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da (org.). *A BNCC de história: entre prescrições e práticas*. Recife: Editora Universidade de Pernambuco, 2022. p. 76-123.

CASTELO, Cláudia. Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. *História, Ciências, Saúde (Online)*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 391-408, abr./jun. 2012.

COELHO, Ilanil. *Pelas tramas de uma cidade migrante*. Joinville: Editora da Univille, 2011.

COELHO, Ilanil; SOSSAI, Fernando Cesar (org.). *Univille: 50 anos de ensino superior em Joinville e região (1965-2015)*. Joinville: Editora Univille, 2015.

COLÉGIO UNIVILLE JOINVILLE. Projeto Político Pedagógico Colégio Univille: Ensino Fundamental e Ensino Médio com Gestão Empreendedora: Joinville [PPP]. Joinville, 2023.

CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. Anade e as teias da história: branquitude, branqueamento e invisibilidade das populações de origem africana em Joinville/SC. In: GUNLANAD, Orlando Afonso Camutue; CARDOSO, Felipe; FERNANDES, Rhuan Carlos; SANT' ANNA, Katarine (orgs.). *Fragmentos negros: perspectivas sobre a presença negra em Joinville/SC*. 2. ed. São Paulo: Editora Pluralidades, 2023. p. 15-39.

FERNANDES, Rhuan Carlos. Insurreições Patrimoniais: os espaços negros no Cemitério do Imigrante em Joinville/SC. In: GUNLANAD, Orlando Afonso Camutue; CARDOSO, Felipe; FERNANDES, Rhuan Carlos; SANT' ANNA, Katarine (orgs.). *Fragmentos negros: perspectivas sobre a presença negra em Joinville/SC*. 2. ed. São Paulo: Editora Pluralidades, 2023. p. 105-119.

FERNANDES, Rhuan Carlos. Na fresta do apagamento: o Kênia Clube patrimônio de

Joinville/SC. 2024. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2024.

GUERREIRO, Juliane. O não-lugar do negro na história de Joinville: um olhar sobre as páginas do jornal A Notícia. In: GUNLANAD, Orlando Afonso Camutue; CARDOSO, Felipe; FERNANDES, Rhuan Carlos; SANT' ANNA, Katarine (orgs.). *Fragmentos negros: perspectivas sobre a presença negra em Joinville/SC*. 2. ed. São Paulo: Editora Pluralidades, 2023. p. 81-101.

GUNLANDA, Orlando Afonso Camutue. A Sociedade Kênia Clube: lugar de memória, lazer e resistência de pessoas negras na cidade de Joinville/SC. In: GUNLANAD, Orlando Afonso Camutue; CARDOSO, Felipe; FERNANDES, Rhuan Carlos; SANT' ANNA, Katarine (orgs.). *Fragmentos negros: perspectivas sobre a presença negra em Joinville/SC*. 2. ed. São Paulo: Editora Pluralidades, 2023. p. 183-198.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

LEMOS, Neli de. *Imigração, religião e educação: uma leitura da presença dos haitianos em Joinville/SC*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Mestrado em Educação, Escola de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MACHADO, Diego Finder. *Marcas da profanação: versões e subversões da ordem patrimonial em Joinville-SC*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2018.

MACHADO, Diego Finder. *Redimidos pelo passado? Seduções nostálgicas em uma cidade contemporânea (Joinville, 1997-2008)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2009.

MACHADO, Elaine Cristina. *Ecos da macumba: crenças afro-brasileiras e o deutschum em Joinville (décadas de 1960-1970)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

MACHADO, Gerson. *Os atabaques da Manchester: subjetividades, trajetórias e identidades religiosas afro-brasileiras em Joinville/SC (1980-2000)*. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2014.

MANSKE, Carolina. Folha livre: um jornal abolicionista em Joinville/SC. In: GUNLANAD, Orlando Afonso Camutue; CARDOSO, Felipe; FERNANDES, Rhuan Carlos; SANT' ANNA, Katarine (orgs.). *Fragmentos negros: perspectivas sobre a presença negra em Joinville/SC*. 2. ed. São Paulo: Editora Pluralidades, 2023. p. 43-77.

MARTINS, Valéria; JUSTINA, Patrícia Della. Primeira vereadora negra eleita em Joinville é vítima de injúria racial e ameaças. G1, [s.l.], 18 nov. 2020.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MEDINA, Bruna de Souza. Artesanar-se: “Um caminho para si” de mulheres acadêmicas do curso de licenciatura educação escolar quilombola através da pesquisa-formação. 2022. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2022.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. Construindo territórios negros em Joinville/SC. In: GUNLANAD, Orlando Afonso Camutue; CARDOSO, Felipe; FERNANDES, Rhuan Carlos; SANT’ ANNA, Katarine (orgs.). *Fragmentos negros: perspectivas sobre a presença negra em Joinville/SC*. 2. ed. São Paulo: Editora Pluralidades, 2023. p. 123-151.

PAIVA, Camilla Freitas. *Teacher, que texto é esse?* O livro didático de língua inglesa do Sistema Positivo de Ensino. 2012. 54 f. Monografia (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Departamento de Línguas Modernas, Porto Alegre, 2012.

RAMOS, Emanuel Vitor Silva. *‘Aprende Brasil’ uma análise externa e interna do sistema de ensino positivo em Aracaju*. 2017. 20 f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Sergipe, Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de História, São Cristóvão, 2017.

REZER, Ricardo. *Horizontes para pensar a universidade comunitária no contemporâneo: 30 teses...* Ijuí: Ed. Unijuí, 2018.

RODRIGUES, Sonia Renata. Discursos sobre a língua portuguesa em sistemas de ensino do Grupo Positivo voltados às redes pública e particular. *Revista Eventos Pedagógicos*, Sinop, v. 10, n. 2, p. 1032-1057, ago./dez. 2019.

ROSA, Vanessa da. *A invisibilidade da mulher negra em Joinville: formação e inserção ocupacional*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SANTA CATARINA. *Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE/SC n.º 070, de 17 de junho de 2019*. Institui e orienta a implantação do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense e normatiza a adequação à Base Nacional Comum Curricular dos currículos e propostas pedagógicas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no âmbito do Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. *Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense*, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no*

Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SÉGUIER, Jaime de. (dir.). *Dicionário prático ilustrado*. Porto: Lello & Irmão, 1955.

SILVA, Sílvia Ribeiro da. Sistematização dos conhecimentos propostos pelo apostilado do Sistema Positivo de ensino médio para a leitura e a interpretação. *Horizontes de Linguística Aplicada*, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 87-106, jul./dez. 2011.

SOUZA, Alan de Carvalho. A importância do café para São Tomé e Príncipe frente à proibição do comércio de escravizados pela Inglaterra. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 63, p. 40-67, 2021.

SOUZA, Sirlei de. *O Haiti não é aqui*. Joinville: Ed. Univille, 2025.

VOOS, Charles Henrique. *População negra, capital urbanístico e desempenho escolar em Joinville/SC: retratos a partir do Exame Nacional do Ensino Médio*. In: GUNLANAD, Orlando Afonso Camutue; CARDOSO, Felipe; FERNANDES, Rhuan Carlos; SANT'ANNA, Katarine (orgs.). *Fragmentos negros: perspectivas sobre a presença negra em Joinville/SC*. 2. ed. São Paulo: Editora Pluralidades, 2023. p. 255-277.

Recebido em: 26 set. 2025.
Aprovado em: 28 out. 2025.

Revisor(a) de língua portuguesa: o autor
Revisor(a) de língua inglesa: o autor
Revisor(a) de língua espanhola: o autor